

ANÁLISE DE RISCO - SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA												
SEGMENTO	EDIFICAÇÃO											Data:04/12/2025
OBJETO:	ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVOS DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E COMPLEMENTARES PARA A RESTAURAÇÃO DO TEATRO AMAZONAS – RESTAURAÇÃO DA CÚPULA, COBERTURA, PANO DE BOCA, FORRO DO SALÃO NOBRE E PLATÉIA, FACHADAS E ILUMINAÇÃO MONUMENTAL											
ESTADO:	AMAZONAS											
SERVIÇOS:	Técnicos especializados de arquitetura e complementares para requalificação da penitenciária Raimundo Vidal Pessoa - Implantação do Centro das Tradições Amazonenses											
EVENTO DE RISCO	CAUSA	CONSEQUENCIA	P	I	RI =P*I (NÍVEL DE RISCO)	NÍVEL DE RISCO (RI)	AC	RR=RI*AC	NÍVEL DE RISCO	APETITE	CONTROLE PREVENTIVO	CONTROLE CORRETIVO
Dificuldades de obtenção de informações para realizar a estimativa de custo de insumos ou serviços na fase de planejamento e elaboração de orçamento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recusa de empresas em fornecer orçamentos;</li> <li>Demora de setores demandantes em apresentar real necessidade ou substituição do objeto estimado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atraso na elaboração do orçamento;</li> <li>Demora para licitar.</li> </ul>	5	1	5	MÉDIO	1	5	MÉDIO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Na realização da solicitação de propostas ao mercado por meio de ofício, a equipe de planejamento deve notificar os fornecedores da obrigatoriedade legal da apresentação de propostas com orçamentos válidos;</li> <li>Envolver especialistas do setor para obter insights precisos sobre os custos de insumos e serviços.</li> <li>Estabelecer parcerias com fornecedores e redes de contato para facilitar o acesso a informações atualizadas sobre custos;</li> <li>Analisar contratos e registros de obras anteriores pode fornecer uma base sólida para prever custos;</li> <li>Buscar informações em plataformas de dados governamentais que disponibilizam dados sobre contratações e preços de insumos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Utilizar estimativas conservadoras para evitar surpresas e garantir que o orçamento seja realista mesmo com variações de custo;</li> <li>Ajustar as estimativas conforme necessário para refletir as mudanças mais recentes;</li> <li>Mantiver uma margem de contingência no orçamento para acomodar variações de custos imprevistas;</li> <li>Capacitar as equipes envolvidas no planejamento e elaboração do orçamento, para que compreendam a importância da coleta de dados e técnicas para obter informações confiáveis;</li> <li>Analisar os dados de licitações anteriores, incluindo orçamentos e preços praticados, para identificar padrões e tendências que possam ser úteis na estimativa;</li> <li>Justificar sempre que não for possível conseguir o mínimo de 3 cotações.</li> </ul>
Não previsão no edital de subcontratações conforme artigo 122 lei 14133/2021	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de planejamento da contratante;</li> <li>Dependendo da complexidade do serviço a ser executado, a administração pública pode optar por não permitir subcontratações para garantir maior controle e qualidade na execução.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Serviços inadequados a serem refeitos e consequente atraso cronograma da obra;</li> <li>Subcontratações podem trazer riscos adicionais à execução do contrato, como a falta de comprometimento dos subcontratados ou problemas na coordenação entre diferentes empresas.</li> </ul>	1	2	2	BAIXO	0,4	0,8	MUITO BAIXO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dependendo da complexidade do serviço a ser executado, a administração pública pode optar por não permitir subcontratações para garantir maior controle e qualidade na execução;</li> <li>Observar quanto a comprovação da documentação de qualidade técnico-operacional e técnico-profissional conforme §9º do artigo 67 da lei 14133/21.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A contratada deverá apresentar documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada para avaliação fiscalização e juntada aos autos do processo, conforme §1º do artigo 122 da lei 14133/21.</li> </ul>
Definição de exigências desnecessárias, de caráter restritivo no Edital, especialmente no que diz respeito à capacitação técnica profissional e técnico operacional da empresa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Serviços específicos imprescindíveis na execução do contrato.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Impede a competitividade, anulação da licitação, sujeito a multas pelo TCE e devolução do recurso.</li> </ul>	1	2	2	BAIXO	0,2	0,4	MUITO BAIXO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em caso de impugnação, republicação do certame, com a revisão dos itens de qualificação técnica;</li> <li>A assessoria jurídica deverá analisar as exigências e orientar na elaboração do projeto básico, conforme a lei 14133/21;</li> <li>Estabelecer um processo de revisão rigoroso dos editais por uma equipe multidisciplinar, que inclua especialistas na área técnica, jurídica e de compras. Essa análise deve buscar identificar cláusulas que possam ser consideradas excessivas ou restritivas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Solicitar que todas as especificações técnicas sejam acompanhadas por uma justificativa clara e objetiva, detalhando as razões pelas quais são indispensáveis para a execução do projeto;</li> <li>Caso haja contestação, o edital será publicado novamente, com revisão dos itens de qualificação técnica.</li> </ul>
O certame licitatório restar deserto, caso nenhuma empresa se interesse por sua execução ou fracassado, caso nenhuma das propostas apresentadas estejam dentro dos parâmetros estimados pela Administração	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desinteresse das empresas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nova licitação;</li> <li>Atraso na contratação.</li> </ul>	1	5	5	MÉDIO	0,6	3	BAIXO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificar junto às empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse pelo serviço no caso da licitação deserta ou revisão dos valores estimados no caso de licitação fracassada para uma possível repetição do certame;</li> <li>Realizar uma análise detalhada do mercado para compreender a capacidade e o interesse das empresas no setor específico do certame. Isso ajudará a ajustar os parâmetros para atrair mais participantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Caso nenhuma proposta esteja dentro dos parâmetros estimados, avalie a possibilidade de flexibilizar alguns requisitos, mantendo a qualidade e os objetivos do certame;</li> <li>Considerar parcerias com instituições e associações do setor para aumentar o interesse e a participação das empresas;</li> <li>Verificar junto às empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse pelo serviço no caso da licitação deserta ou revisão dos valores estimados no caso de licitação fracassada para uma possível repetição do certame.</li> </ul>
Não apresentar um comprovante de capacidade técnica do subcontratado	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contratação de empresas ou profissional sem qualificação;</li> <li>O subcontratado pode não ter a documentação necessária organizada ou em conformidade com o que é exigido, como atestados de capacidade técnica ou experiências anteriores;</li> <li>Pode haver falhas na comunicação entre a empresa contratante e o subcontratado, resultando em documentação não enviada ou incompleta;</li> <li>Questões internas na gestão da empresa, como falta de organização ou problemas financeiros, podem afetar a capacidade de fornecer a documentação requerida.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Serviços realizados sem qualidade;</li> <li>Serviços não atendem a necessidade da contratação;</li> <li>Atraso da entrega dos serviços subcontratados e consequentemente atraso da entrega da obra, gerando aditivo de prazo e valor.</li> </ul>	1	5	5	MÉDIO	0,2	1	BAIXO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>O fiscal do contrato que deverá informar empresa contratada que deve apresentar um comprovante de capacidade técnica do subcontratado, que vai ser avaliada e juntada aos autos do processo;</li> <li>Observar quanto a comprovação da documentação de qualidade técnico-operacional e técnico-profissional conforme §9º do artigo 67 da lei 14133/21.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O fiscal do contrato deverá notificar a empresa vencedora da licitação que deve apresentar um comprovante de capacidade técnica do subcontratado, que vai ser avaliada e juntada aos autos do processo.</li> </ul>



EVENTO DE RISCO	CAUSA	CONSEQUENCIA	P	I	RI = P*I (NÍVEL DE RISCO)	NÍVEL DE RISCO (RI)	AC	RR=RI*AC	NÍVEL DE RISCO	APETITE	CONTROLE PREVENTIVO	CONTROLE CORRETIVO
Impugnações do Edital de licitação, por motivos diversos, principalmente os relacionados a erros de projetos e/ou orçamento estimativo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de detalhamento nos projetos;</li> <li>Incompatibilidade de informações;</li> <li>Mudança de legislação;</li> <li>Inadequação técnica (exemplo: projeto não compatível entre outros);</li> <li>Prazo inadequado para a execução da obra.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Suspensão do Processo Licitatório;</li> <li>Revisão do Edital;</li> <li>Demora na Concretização da Obra.</li> </ul>	2	2	4	BAIXO	0,4	1,6	BAIXO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em casos de impugnações por erros nos documentos técnicos, solicitar aos responsáveis técnicos que procedam com as correções;</li> <li>Realizar uma revisão minuciosa de todos os documentos do edital, incluindo projetos e orçamentos estimativos, para identificar e corrigir erros antes da publicação, envolvendo toda equipe técnica de responsáveis de cada processo;</li> <li>Replicação do Edital, com a reabertura da contagem de prazos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecer um processo ágil para responder e tratar as impugnações, corrigindo rapidamente os erros identificados;</li> <li>Realize uma análise detalhada da causa raiz das impugnações para identificar falhas no processo e evitar recorrências.</li> </ul>
Execução dos serviços com qualidade abaixo da especificada na contratação e/ou em desacordo com normas técnicas e legislações vigentes.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de acompanhamento da fiscalização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Serviços deverão ser refeitos;</li> <li>Não cumprimento do cronograma planejado;</li> <li>Aditivos de prazo;</li> <li>Atraso na entrega da obra;</li> <li>Possível aditivo de valores.</li> </ul>	3	5	15	MUITO ALTO	0,6	9	ALTO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Notificar prontamente a Contratada sempre que verificada a necessidade de correção. Aplicação das sanções previstas na contratação;</li> <li>Criar documentos claros e detalhados que especifiquem a qualidade desejada, normas técnicas aplicáveis e critérios de avaliação dos serviços;</li> <li>Manter registros detalhados de todas as etapas do processo, incluindo inspeções, relatórios de não-conformidades e ações corretivas, que podem ser úteis para análises futuras.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Notificar prontamente a Contratada sempre que verificada a necessidade de correção de algum serviço já executado;</li> <li>Aplicação das sanções previstas na contratação;</li> <li>A contratada deverá refazer os serviços com qualidade.</li> </ul>
Aumento do preço dos insumos a níveis significativos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento de impostos sobre a mão de obra;</li> <li>Atualizações tecnológicas de bases de dados;</li> <li>Pandemias (COVID).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Eleva o custo dos serviços;</li> <li>Aditivos de valores e possivelmente aditivo de prazo;</li> <li>Falta de insumos.</li> </ul>	3	3	9	ALTO	0,6	5,4	MÉDIO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reduzir custos operacionais;</li> <li>A contratada deverá negociar contratos com cláusulas de preços fixos ou limitações de aumento para se proteger contra flutuações;</li> <li>A contratada deverá estabelecer um monitoramento contínuo dos preços dos insumos para identificar e agir sobre tendências de aumento antecipadamente;</li> <li>Melhorar tecnologia e métodos de execução.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A contratada deverá manter reservas financeiras para cobrir custos adicionais decorrentes de aumentos de preços;</li> <li>Reduzir custos operacionais;</li> <li>Melhorar tecnologia e métodos de execução;</li> <li>A contratada poderá propor fazer ajustes no projeto, como a substituição de técnicas por alternativas mais econômicas, que não comprometa a qualidade do serviço.</li> </ul>
Redução do preço dos insumos a níveis significativos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento de concorrência entre fornecedores;</li> <li>Introdução de novas tecnologias;</li> <li>Mudanças na Política de Comércio: Tarifações reduzidas, acordos comerciais ou subsídios governamentais podem impactar o preço dos insumos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidade de reequilíbrio financeiro do contrato;</li> <li>Possível desinteresse do contratado em manter o contrato, gerando risco de não conclusão do objeto contratado.</li> </ul>	1	3	3	BAIXO	1	3	BAIXO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Monitorar política de preços e mercado;</li> <li>Identificar desequilíbrio contratual;</li> <li>Elaborar projetos observando o surgimento das novas tecnologias;</li> <li>Efetuar reequilíbrio econômico financeiro do contrato.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Monitorar política de preços e mercado;</li> <li>Identificar desequilíbrio contratual;</li> <li>Efetuar reequilíbrio econômico financeiro do contrato.</li> </ul>
Interrupção dos serviços por Interferências não identificadas no projeto	<ul style="list-style-type: none"> <li>Levantamento preliminar insuficiente;</li> <li>Situações em que não foi possível detectar a interferência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Eleva o custo do serviço;</li> <li>Aditivos de valores e possivelmente aditivo de prazo;</li> <li>Pode paralisar ou inviabilizar a execução do serviço;</li> <li>Pode ser necessário a alterar do projeto.</li> </ul>	3	5	15	MUITO ALTO	0,6	9	ALTO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar estudo/avaliação técnica do problema;</li> <li>Revisão/compatibilização de projetos;</li> <li>Solicitar adição/supressão de serviço;</li> <li>Realizar um levantamento detalhado e abrangente da área antes do início do projeto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver planos de contingência específicos para lidar com interferências não identificadas. Isso pode incluir estratégias alternativas e recursos de reserva;</li> <li>Mantenha a flexibilidade nos cronogramas e no planejamento do projeto para acomodar ajustes necessários em caso de interferências inesperadas;</li> <li>Realizar estudo/avaliação técnica do problema;</li> <li>Revisão/compatibilização de projetos;</li> <li>Solicitar adição/supressão de serviço.</li> </ul>
Rejeição de serviços pela fiscalização por falta de qualidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Quando contratada empresa de outro Estado, ausência de acompanhamento da fiscalização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Serviços deverão ser refeitos;</li> <li>Não cumprimento do cronograma planejado;</li> <li>Aditivos de prazo;</li> <li>Atraso na entrega do serviço;</li> <li>Possível aditivo de valores.</li> </ul>	3	2	6	MÉDIO	0,2	1,2	BAIXO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estudo de projetos/normas;</li> <li>Contratar mão de obra adequada;</li> <li>Treinamento/orientação de equipes de trabalho;</li> <li>Acompanhamento de atividades;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanhamento de atividades.</li> </ul>
Falha de comunicação entre Fiscalização do Contrato empresa Contratada	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência do responsável da contratada;</li> <li>Dificuldade devido aos meios de comunicação (internet);</li> <li>Empresa não mantém atualizados informações de dados dos serviços</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atraso no serviço;</li> <li>Problemas solucionados de forma incorreta;</li> <li>Notificação;</li> <li>Retrabalho;</li> <li>Aditivos de prazo ou valor.</li> </ul>	2	5	10	ALTO	0,4	4	MÉDIO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tudo deverá ficar registrado;</li> <li>Deixa de forma bem clara a importância da comunicação por parte da contratada, contratante e quem deverá ser a pessoa responsável pelo seu documento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazer a verificação periódica das informações, para verificar a veracidade das informações e auxiliar em qualquer dificuldade do seu devido preenchimento.</li> </ul>
Inviabilidade de viagem para serviços de fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de planejamento ou ausência de recurso.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atraso nas medições, pagamentos;</li> <li>Possível atraso no cronograma;</li> <li>Obra realizada sem qualidade ou em desacordo com o projeto;</li> <li>Retrabalho,</li> </ul>	3	4	12	ALTO	0,4	4,8	MÉDIO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Deverá ser realizado um planejamento de reuniões e tratativas junto ao setor competente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ajustar o cronograma de fiscalização para priorizar as visitas quando as restrições forem aliviadas.</li> </ul>
O risco de um contrato ser rescindido antes do advento do prazo contratual por diversos motivos: as consequências financeiras de tal rescisão e a força do Acordo de pagamento da Autoridade Contratante.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Questões internas, como reestruturação, crises administrativas ou falta de recursos humanos para a execução do contrato, podem levar à desistência;</li> <li>A empresa pode não conseguir apresentar a documentação exigida ou necessária para a assinatura do contrato dentro do prazo estabelecido;</li> <li>A empresa pode reconsiderar sua proposta inicial e perceber que não consegue cumprir as condições de preço</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Paralisação dos serviços;</li> <li>Serviço inacabado.</li> </ul>	3	5	15	MUITO ALTO	0,6	9	ALTO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>O fiscal deverá relatar e justificar os motivos, para que haja tomada de decisão;</li> <li>Manter uma comunicação constante e transparente entre as partes envolvidas no contrato para prevenir mal-entendidos e conflitos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecer processos para negociações rápidas e eficientes caso surjam problemas graves que possam levar à rescisão, solicitar da assessoria jurídica que medidas tomar para lidar com as consequências da rescisão e ajudar nas negociações e acordos subsequentes.</li> </ul>
Inadimplemento contratual da empresa subcontratada.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atraso no pagamento de alguma obrigação com órgãos externos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Impedimento do recebimento dos valores dos serviços terceirizados;</li> <li>Atraso na entrega do serviço;</li> <li>Aditivo de prazo;</li> <li>Notificações e multas.</li> </ul>	2	5	10	ALTO	1	10	ALTO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>O fiscal do contrato que deverá deixar tudo registrado;</li> <li>A contratada deverá verificar antes da contratação de empresas, o histórico de desempenho financeiro e reputação sólida das subcontratadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanhar o progresso dos serviços, questionando atrasos no cronograma, mantendo a comunicação aberta com os responsáveis sobre o assunto.</li> </ul>



EVENTO DE RISCO	CAUSA	CONSEQUENCIA	P	I	RI = P*I (NÍVEL DE RISCO)	NÍVEL DE RISCO (RI)	AC	RR=RI*AC	NÍVEL DE RISCO	APETITE	CONTROLE PREVENTIVO	CONTROLE CORRETIVO
Ausência de controle de desempenho das obras recebidas	• Ausência de passagens p visita técnica; ausência de manual dos serviços em garantia de até 5 anos;	• Ausência de manutenção durante o prazo de garantia.	2	1	2	BAIXO	0,2	0,4	MUITO BAIXO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Administração providencia avaliações periódicas da qualidade dos serviços;</li> <li>Desenvolver um planejamento e um projeto técnico detalhado, com especificações claras sobre os métodos a serem utilizados, assim como cronogramas de execução;</li> <li>Garantir que os contratos firmados com subcontratados sobre o desempenho e penalidades em caso de descumprimento;</li> <li>Implementar uma avaliação na conclusão, para identificar lições aprendidas, não apenas em relação ao desempenho, mas também em termos de processos de gestão e controle;</li> <li>Implementar um sistema que permita a coleta e análise de dados sobre o desempenho dos serviços, utilizando indicadores como prazo, custo, qualidade e satisfação do usuário.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Refazer os serviços executados em não conformidade com as normas e especificações;</li> <li>Refazer os serviços executados sem qualidade;</li> <li>Aplicação de penalidades contratuais.</li> </ul>
Recusa de materiais, métodos e/ou pessoal por parte da Fiscalização.	• Materiais ou métodos utilizados que não atendem às especificações técnicas estabelecidas no contrato.	• A recusa pode levar à paralisação das atividades até que os materiais, métodos ou pessoal adequados sejam providenciados.	2	3	6	MÉDIO	0,4	2,4	BAIXO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contratar de parceiros de qualidade comprovada com consulta prévia à Fiscalização;</li> <li>Realizar reuniões para verificação dos serviços antes da entrega total dos projetos para garantir que atendem às especificações;</li> <li>Manter uma documentação detalhada de todos os processos, facilitando a comprovação de conformidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A contratada deverá ajustar os procedimentos e métodos de trabalho para garantir a conformidade com as exigências da fiscalização;</li> <li>A contratada deverá manter uma comunicação aberta e transparente com a fiscalização para resolver rapidamente quaisquer questões de não conformidade;</li> <li>Treinamento regular da mão de obra sobre as atividades.</li> </ul>
Problemas na estrutura de edificações vizinhas.	• Trabalhos de escavação que podem desestabilizar o solo e provocar movimentações nas fundações das edificações próximas.	• Paralisação temporária ou definitiva das atividades de construção até que os problemas sejam resolvidos. Além de processos judiciais e a necessidade de reparação de danos nas edificações vizinhas.	2	3	6	MÉDIO	0,4	2,4	BAIXO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar estudo de campo previamente ao início das obras para documentar a situação das edificações no entorno da obra, e assim avaliar os reais danos que a obra em si possa ter causado;</li> <li>Realizar uma avaliação estrutural detalhada das edificações vizinhas antes de iniciar a obra para identificar possíveis vulnerabilidade;</li> <li>Utilizar métodos de construção que minimizem vibrações e impactos nas edificações vizinhas, como escavações controladas e técnicas não invasivas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Caso sejam detectados danos ou problemas estruturais nas edificações vizinhas, a contratada deverá implementar reparações imediatas para minimizar os impactos, para evitar qualquer processo jurídico futuro. Além de realizar uma análise detalhada para identificar a causa dos problemas e desenvolver medidas corretivas para evitar outras recorrências.</li> </ul>
Necessidade de modificação das tecnologias e/ou de equipamentos previstos em projeto devido à obsolescência dos mesmos.	• A tecnologia avança rapidamente, e equipamentos ou métodos inicialmente previstos podem se tornar obsoletos antes do término do projeto.	• A substituição de tecnologias e equipamentos pode resultar em atrasos e custos adicionais significativos..	1	2	2	BAIXO	0,4	0,8	MUITO BAIXO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanhar constantemente as inovações e tendências tecnológicas no setor para antecipar possíveis obsolescências;</li> <li>Realizar análises de ciclo de vida dos equipamentos e tecnologias utilizados, para prever quando poderão se tornar obsoletos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Quando identificada a obsolescência, avaliar o impacto da substituição ou atualização das tecnologias e equipamentos no projeto;</li> <li>Atualizar todas as documentações do projeto para refletir as mudanças nas tecnologias e equipamentos;</li> <li>Gerar relatório informando fiscalização.</li> </ul>
Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS pela Contratada.	• A contratada pode ter problemas de fluxo de caixa ou má gestão financeira que a impedem de cumprir suas obrigações trabalhistas e previdenciárias.	• A contratada pode enfrentar multas e penalidades significativas por não cumprimento das obrigações legais. Com as possibilidade de paralisação dos serviços dos funcionários que não receberam.	3	3	9	ALTO	0,4	3,6	MÉDIO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Escolher empresas com histórico comprovado de conformidade trabalhista e previdenciária;</li> <li>Exigir que a contratada apresente regularmente comprovantes de pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e do FGTS;</li> <li>Prever as sanções conforme lei para o descumprimento das exigências trabalhistas;</li> <li>Rescisão contratual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>No caso de descumprimento da contrata, a contratante tomará ações imediatas, como a suspensão de pagamentos até a regularização da situação;</li> <li>Se a contratada continuar em descumprimento, considere a possibilidade de substituí-la por outra que cumpra todas as obrigações legais.</li> </ul>
Prejuízo causado por subcontratadas.	• Sem supervisão adequada, a qualidade do trabalho pode não ser mantida, levando a reparações e custos adicionais.	• Reparos, retrabalhos e penalidades legais podem aumentar significativamente os custos do projeto.	1	3	3	MÉDIO	0,4	1,2	BAIXO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar uma avaliação cuidadosa e criteriosa das subcontratadas, considerando histórico, experiência e cumprimento de normas;</li> <li>Realizar o controle das empresas subcontratadas e tome medidas no caso de atrasos por serviços de má qualidade realizado;</li> <li>Dependendo da complexidade da serviço a ser executado, a administração pública pode optar por não permitir subcontratações para garantir maior controle e qualidade na execução;</li> <li>Observar quanto a comprovação da documentação de qualidade técnico-operacional e técnico-profissional conforme §9º do artigo 67 da lei 14133/21;</li> <li>Contratar empresa com previsão de multas contratuais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Quando identificado um problema, tomar ações imediatas para corrigir a situação, incluindo a substituição de materiais ou correção de trabalhos mal executados. Além de exigir compensação financeira da subcontratada;</li> <li>A contratada deverá desenvolver e manter um plano de contingência para substituir rapidamente subcontratadas que não atendam aos requisitos;</li> <li>A contratada deverá apresentar documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada para avaliação fiscalização e juntada aos autos do processo, conforme §1º do artigo 122 da lei 14133/21.</li> </ul>
Inflação/ flutuação de câmbio; Aumento de insumos desproporcionais.	• Períodos de alta demanda podem elevar seus preços. Por exemplo, o aumento da mão de obra na construção civil pode elevar o preço.	<ul style="list-style-type: none"> <li>A necessidade de negociar novos preços ou encontrar fornecedores alternativos pode causar atrasos na execução do projeto;</li> <li>Caso os custos superarem os valores contratados, podem surgir disputas e renegociações contratuais.</li> </ul>	2	3	6	MÉDIO	0,6	3,6	MÉDIO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>A flutuação do câmbio, no caso de insumos, aumento do preço desarrazoado podem gerar reequilíbrio, desde que atestado por meio de notas fiscais, analisar o que englobará o contrato como um todo;</li> <li>Incluir cláusulas de ajuste nos contratos para cobrir variações de preços devido à inflação ou flutuação cambial;</li> <li>Fazer um planejamento orçamentário detalhado que leve em consideração possíveis cenários de inflação e variações cambiais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Negociar acordos de fornecimento de longo prazo para fixar preços de insumos e reduzir a exposição à inflação;</li> <li>Incluir cláusulas nos contratos com clientes que permitam ajustes de preços baseados em índices de inflação ou variações cambiais.</li> </ul>
Dificuldades em encontrar mão de obra para realização das atividades previstas.	• Períodos de alta demanda para os serviços correlatos podem levar à escassez de mão de obra e serviços especializados;	• A falta de mão de obra e serviços especializados pode atrasar significativamente o andamento dos serviços.	1	3	3	MÉDIO	0,4	1,2	BAIXO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Planejamento de contratações relacionadas aos serviços especializados com antecedência suficiente para resolver estas questões ou planejar modificações de estratégia com o menor prejuízo financeiro e de tempo possível;</li> <li>Estabelecer parcerias com instituições de ensino e treinamento para garantir um fluxo contínuo de profissionais qualificados;</li> <li>Desenvolver uma rede de profissionais locais confiáveis que possam suprir as necessidades de serviços especializados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manter um cadastro reserva de profissionais locais especializados para contratação imediata;</li> <li>A contratada deverá investir em programas de capacitação e treinamento contínuo, melhorando suas habilidades e adaptabilidade às necessidades do projeto.</li> </ul>



EVENTO DE RISCO	CAUSA	CONSEQUENCIA	P	I	RI=P*I (NÍVEL DE RISCO)	NÍVEL DE RISCO (RI)	AC	RR=RI*AC	NÍVEL DE RISCO	APETITE	CONTROLE PREVENTIVO	CONTROLE CORRETIVO
Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da Contratada.	• Não cumprir com os termos e condições estabelecidos no contrato	• A contratada pode enfrentar penalidades financeiras, além de não receber pagamentos pendentes pelo trabalho realizado.	2	4	8	ALTO	0,4	3,2	MÉDIO	TRATAR	• Realizar uma avaliação detalhada e rigorosa das empresas antes de contratá-las, garantindo que tenham um histórico comprovado de conformidade e desempenho; • Incluir cláusulas claras e específicas no contrato que detalhem as responsabilidades, obrigações e consequências do não cumprimento.	• Ao identificar um problema, notificar formalmente a contratada e conceder um prazo específico para que as correções necessárias sejam realizadas; • Utilizar mecanismos de mediação e negociação para resolver disputas e evitar que questões menores escalem para a rescisão do contrato; • Instaurar processo para aplicação das penalidades à Contratada; Realizar a contratação do remanescente da obra, nos termos do art. 41 da Lei 12.462/2011.
O descumprimento do cronograma de execução resultará em atrasos, prorrogação de prazos e ajustes financeiros prejudicando o andamento do projeto.	• Falta de planejamento da empresa, ou acontecimentos que não foram previstos na planilha licitada.	• Aditivo de prazo; • Aditivo de valor; • Atraso na entrega da obra.	4	2	8	ALTO	0,6	4,8	MÉDIO	TRATAR	• A contratante deverá redigir e registrar formalmente no contrato a condição de apresentação do planejamento pela contratada; • A contratada deverá submeter o planejamento executivo, acompanhado do plano de recuperação em caso de eventual atraso. A inobservância dessa exigência pode resultar na aplicação de penalidades previstas em contrato.	• Ajustar o cronograma para refletir as novas realidades do projeto, incluindo a reprogramação das atividades e a redefinição de prazos; • Identificar e priorizar as atividades críticas para evitar maiores atrasos, podendo realocar recursos para acelerar a execução dessas etapas.
Rescisão voluntária por parte da Autoridade Contratante (Também comumente mencionada como rescisão por conveniência, rescisão por política ou interesse público à vontade ou rescisão unilateral.)	• A administração pode identificar que o contrato não atende mais ao interesse público ou que há novas prioridades que demandam recursos ou atenções diferentes; • A rescisão pode ser uma medida para contenção de despesas, caso se identifique que a continuidade do contrato não é mais viável economicamente.	• Paralisação do serviço; • Serviço inacabado.	3	5	15	MUITO ALTO	1	15	MUITO ALTO	TRATAR	• O período de aviso deve ser o mínimo suficiente para que ambas as partes tomem as providências necessárias em relação à reversão do projeto e facilitem o cumprimento das obrigações de reversão; • Incluir cláusulas detalhadas no contrato que estipulem claramente os termos e condições para rescisão, incluindo notificações prévias e compensações financeiras adequadas, mantenha um desempenho alto e consistente ao longo do projeto.	• Incluir cláusulas específicas no contrato que estabeleçam os direitos e deveres das partes em caso de rescisão unilateral, incluindo compensações e penalidades.
Análise de Riscos deficiente	• Acontecimentos excepcionais nunca antes ocorridos	• Alteração de cronograma ou custo	1	1	1	BAIXO	1	1	BAIXO	TRATAR	• Servidor Sênior ou Comitê Gestor da área de Riscos revisa os mapas de riscos dos Processos de Planejamento da Contratação; • Verificar junto a fiscalização para parametrizar os riscos dos contratos vigentes; • Antecipar os riscos que têm pouca chance de ocorrência.	• Servidor Sênior ou Comitê Gestor da área de Riscos revisa os mapas de riscos dos Processos de Planejamento da Contratação; • Desenvolver um plano de contingência que inclua alternativas para a continuidade do projeto, caso ocorra uma rescisão, minimizando os impactos financeiros e operacionais.
Modificações das especificações de serviço	• Falhas na fase de planejamento podem resultar em especificações inadequadas ou incompletas, exigindo modificações durante a execução.	• Alteração de custo, tempo extra para execução das alterações, dependendo da alteração pode surgir a necessidade de readequação jurídica, documental e certificações.	3	2	6	MÉDIO	0,4	2,4	BAIXO	TRATAR	• Assegurar-se de que todas as especificações estejam bem documentadas e acessíveis a todos os envolvidos no projeto; • Realizar o reequilíbrio econômico-financeiro aditivo contratual (excepcional).	• Implementar um plano de gestão de mudanças para controlar como as modificações nas especificações são solicitadas, revisadas e aprovadas, para garantir que qualquer mudança quando necessária não afete a qualidade do objeto.
Problemas no sistema E-OBRAS	• Falta de Manutenção: Dificuldades em receber suporte técnico adequado e problemas no servidor onde o sistema está hospedado; • Bugs ou Falhas de Programação: Erros no código que podem comprometer a integridade dos dados e a operação do sistema; • Conexão de Internet Instável ou Lenta: Problemas de conectividade que dificultam o acesso ao sistema e afetam a transmissão de dados; • Serviços Novos Mal Executados: Atrasos na implantação de dados pelos usuários, dificultando a transparência; • Atualizações Mal Executadas: Atualizações que introduzem novos erros ou não corrigem problemas existentes.	• Insatisfação dos usuários: Profissionais que dependem do sistema podem ficar insatisfeitos devido à ineficiência, impactando a imagem do sistema; • Interrupção Prolongada da Operação: O sistema pode ficar fora do ar por períodos prolongados; • Atraso nas Contratações: Demoras na operação do sistema podem atrasar as contratações do Governo do Estado do Amazonas; • Aumento da Burocracia: Problemas podem aumentar a burocracia, contrariando o objetivo de simplificação de processos; • Custos Adicionais: Falta de manutenção pode levar a custos adicionais para correção de falhas, retrabalho e penalidades; • Perda de Informações: Falhas no sistema podem comprometer a integridade dos dados e dificultar a recuperação de informações; • Retrabalho em Projetos Básicos: Problemas no sistema podem resultar em retrabalho na elaboração de projetos básicos; • Retardamento na Medição e Aditivos: A fiscalização pode enfrentar atrasos na análise de medições ou aditivos; • Tempo de Inatividade: O tempo em que o sistema não está disponível pode impactar negativamente as operações; • Dificuldades em Gestão de Objeto de Contratação: Problemas no sistema podem gerar danos à administração.	4	4	16	MUITO ALTO	0,4	6,4	MÉDIO	TRATAR	• Acionar o fiscal do contrato do e-obras sobre as ocorrências com o programa que impedem prosseguimento dos serviços de engenharia.	• Refazer todos os serviços que dependam do e-obras quando ocorrer problema do sistema na fase preparatória p licitação; • Encaminhar com agilidade nova documentação, corrigida, quando identificado pelo CSC; • Refazer todos os serviços que dependam do e-obras, quando ocorrer problema do sistema na fase de contrato;
Restrição orçamentária e/ou financeira do órgão em razão da Reforma Tributária e incentivos fiscais para o Estado.	• Reformas tributárias; • Mudança de legislações.	• Valor insuficiente para contratação; • Inviabilidade de contratação.	3	5	15	ALTO	1	15	ALTO	TRATAR	• Desenvolver um plano orçamentário detalhado que considere as possíveis mudanças tributárias e os incentivos fiscais disponíveis. Isso ajuda a antecipar impactos financeiros; • Estabelecer reservas financeiras para lidar com imprevistos relacionados a restrições orçamentárias; • Deliberar junto a SEFAZ para viabilizar recursos orçamentários de fontes diversas.	• Fazer ajustes orçamentários contínuos para se adaptar às mudanças fiscais e garantir a sustentabilidade financeira; • Negociar termos favoráveis com fornecedores e parceiros para garantir melhores condições financeiras; • A contratante poderá deliberar junto a SEFAZ para viabilizar recursos orçamentários de fontes diversas.



EVENTO DE RISCO	CAUSA	CONSEQUENCIA	P	I	RI = P*I (NÍVEL DE RISCO)	NÍVEL DE RISCO (RI)	AC	RR=RI*AC	NÍVEL DE RISCO	APETITE	CONTROLE PREVENTIVO	CONTROLE CORRETIVO
Ausência de documentação por parte da contratada na formalização de contratos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Certidões vencidas;</li> <li>• Falta de planejamento da empresa;</li> <li>• Débitos trabalhistas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Invalidação do contrato;</li> <li>• Sanções para a empresa, incluindo inabilitação para futuras licitações;</li> <li>• Precedentes para contestações legais por órgãos de controle, concorrentes ou sociedade civil;</li> <li>• Atrasos na liberação de pagamentos e execução do contrato;</li> <li>• Responsabilização da administração pública por má gestão ou falta de supervisão;</li> <li>• Facilitação de práticas fraudulentas, gerando um ambiente propício para corrupção e desvios de recursos públicos.</li> </ul>	2	5	10	ALTO	0,8	8	ALTO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter a regularidade perante aos órgãos fiscalizadores;</li> <li>• Envio das obrigações acessórias, bem como garantia contratual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não assinar a contratação na ausência de documentações da empresa vencedora;</li> <li>• Prever as sanções administrativas no contrato;</li> <li>• Não liberar pagamento de medições sem a apresentação dos documentos obrigatórios, anotar em diário de obra as ocorrências.</li> </ul>
Atrasos na assinatura do contrato ou na entrega das garantias contratuais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de planejamento da empresa vencedora do certame licitatório.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atraso na contratação.</li> </ul>	1	1	1	BAIXO	0,2	0,2	MUITO BAIXO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicar as sanções previstas na contratação e convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor;</li> <li>• Caso a assinatura do contrato não ocorrer dentro dos prazos estabelecidos, a administração pública pode reconsiderar a escolha do vencedor e convocar o segundo colocado na licitação;</li> <li>• O não cumprimento dos prazos previstos em edital ou proposta pode resultar em penalidades financeiras, como multas, impostas à empresa contratada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicar as sanções previstas na contratação e convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor;</li> <li>• Caso a assinatura do contrato não ocorrer dentro dos prazos estabelecidos, a administração pública pode reconsiderar a escolha do vencedor e convocar o segundo colocado na licitação;</li> <li>• O não cumprimento dos prazos previstos em edital ou proposta pode resultar em penalidades financeiras, como multas, impostas à empresa contratada.</li> </ul>
Alteração da legislação, regulamentos e normas que causem alterações no projeto inicialmente contratado.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudança de leis e normas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adequação do projeto;</li> <li>• Possível alteração em custos;</li> <li>• Atraso na contratação.</li> </ul>	2	3	6	MÉDIO	0,4	2,4	BAIXO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessita a elaboração de projetos e contratações baseadas nas normas e leis vigentes;</li> <li>• Capacitar os profissionais envolvidos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adequar os projetos e para atender as normas;</li> <li>• Revisão do escopo da contratação, realizando-se aditivo contratual.</li> </ul>
Problemas de liquidez financeira do construtor ou de subcontratados, bem como declaração de falência ou recuperação judicial do contratado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mal gerenciamento da empresa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Anulação da contratação;</li> <li>• Possivelmente chamar a empresa segunda colocada e fazer nova contratação;</li> <li>• Atraso na entrega da obra.</li> </ul>	2	4	8	ALTO	0,8	6,4	MÉDIO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato;</li> <li>• Cláusula contratual prevendo a imputação ao contratado de quaisquer outras perdas e danos da Administração em virtude da rescisão contratual por culpa do contratado;</li> <li>• A administração pública deve realizar um acompanhamento contínuo da situação financeira do contratado. Isso pode incluir a análise de relatórios financeiros, balanços patrimoniais e a observação dos sinais de dificuldades financeiras;</li> <li>• Previsão de retenção das medições ainda não liquidadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Previsão de retenção das medições ainda não liquidadas.</li> <li>• Em situações de recuperação judicial, a administração pode buscar um entendimento com o contratado para apresentar um plano de recuperação que assegure a continuidade da execução do contrato;</li> <li>• Nos contratos de obras públicas, a rescisão contratual é uma medida corretiva que pode ser adotada caso a situação financeira do contratado comprometa a execução da obra;</li> <li>• O envolvimento de equipes técnicas e jurídicas especializadas pode ser crucial para avaliar a melhor forma de lidar com contratados comprometidos e garantir a proteção dos interesses públicos.</li> </ul>
A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questões internas, como reestruturação, crises administrativas ou falta de recursos humanos para a execução do contrato, podem levar à desistência;</li> <li>• A empresa pode não conseguir apresentar a documentação exigida ou necessária para a assinatura do contrato dentro do prazo estabelecido;</li> <li>• A empresa pode reconsiderar sua proposta inicial e perceber que não consegue cumprir as condições de preço ou prazo estabelecidas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não realização do contrato;</li> <li>• Chamar as empresas remanescentes ou fazer nova licitação;</li> <li>• Atraso na contratação.</li> </ul>	1	2	2	BAIXO	0,4	0,8	MUITO BAIXO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar que o edital do certame contenha cláusulas claras sobre as obrigações e consequências de não assinar o contrato, incluindo penalidades;</li> <li>• Nos termos de art. 90 da Lei 14.133/2021, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor. Aplicar as sanções previstas na contratação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nos termos de art. 90 da Lei 14.133/2021, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor;</li> <li>• Aplicar as sanções previstas na contratação.</li> </ul>
Ausência de documentos da CONTRATADA. - Programa de Integridade; - Garantia Contratual; - Ausência de Comprovação de recolhimento trabalhista no CNO(Cadastro Nacional de Obra)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desconhecimento ou negligência das exigências legais;</li> <li>• A empresa que participa ou venceu o processo de licitação de obra não possui os documentos necessários ou apresentou informações falsas para entrar na concorrência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Risco aumentado de fraudes e corrupção;</li> <li>• Sanções legais e administrativas;</li> <li>• Perda de confiança por parte dos clientes e parceiros;</li> <li>• Dificuldade em participar de processos licitatórios públicos.</li> </ul>	2	2	4	MÉDIO	0,4	1,6	BAIXO	TRATAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de um check-list que contenha todos os documentos necessários para a contratação, incluindo o programa de integridade, garantia contratual e comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista;</li> <li>• Estabelecimento de prazos específicos para a apresentação de toda a documentação necessária, com alertas prévios e acompanhamento da entrega;</li> <li>• Revisão de contratos: incluir cláusulas contratuais que estabeleçam a obrigatoriedade do envio e manutenção dos documentos, assim como sanções em caso de não apresentação;</li> <li>• Estabelecer um canal de comunicação efetivo entre a administração pública e a contratada para esclarecimentos sobre a documentação e processos;</li> <li>• Implementar um sistema de monitoramento contínuo que verifique a regularidade da documentação da contratada ao longo da execução do contrato.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reter o pagamento da Medição no valor total até que a situação seja regularizada;</li> <li>• Caso seja necessário realizar a rescisão contratual.</li> </ul>

